



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM AMBIENTE COLABORATIVO DAS FOLKSONOMIAS: UMA REFLEXÃO PRELIMINAR

INDEXING POLICY IN COLLABORATIVE ENVIRONMENT OF FOLKSONOMIES: A PRELIMINARY REFLECTION

Roberta Dal' Evedove Tartarotti¹, Paula Regina Dal' Evedove², e Mariângela Spotti Lopes Fujita³

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Um dos desafios da área de Organização e Representação do Conhecimento é acompanhar a dinâmica do tratamento documental frente às mudanças tecnológicas e culturais dos dias atuais. No contexto de bibliotecas universitárias, os catálogos bibliográficos *online* como sistemas de recuperação da informação possibilitam a representação de conteúdos documentais compatíveis com as solicitações de pesquisas dos usuários. Diante da importância do estabelecimento de uma política de indexação para uma melhor representação e recuperação temáticas, reflete-se acerca do papel da política de indexação na abordagem da indexação social ou folksonomias, como proposta contemporânea de construção colaborativa em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias. Consta-se a importância de novas alternativas de produção do conhecimento sobre política de indexação que sejam construídas coletivamente, tornando este recurso funcional em contexto de bibliotecas universitárias, face a um maior nível de complexidade exigido para a sua validação em ambiente colaborativo.

Palavras-chave: Política de indexação. Folksonomia. Catálogos bibliográficos *online*. Ambiente colaborativo.

Abstract: One of the challenges of the Organization and Knowledge Representation area is to monitor the dynamics of the documentary treatment, given the technological and cultural changes in contemporary society. In the context of university libraries, the online bibliographic catalogs as

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

²Professora Doutora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

³Professora Doutora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

information retrieval systems allow the representation of documentary content that is compatible with users' search requests. Given the importance of establishing an indexation policy for better representation and thematic retrieval, the article reflects about the applicability of indexing policy elements in addressing the social indexing or folksonomies, as contemporary proposal for collaborative construction in online bibliographic catalogs of university libraries. We note the importance of new alternative knowledge production about indexing policy that is built collectively, making this functional resource in the context of university libraries, due to a higher level of complexity required for validation in a collaborative environment.

Keywords: *Indexing policy. Folksonomy. Online bibliographic catalogs. Collaborative environment.*

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual é marcada pela mundialização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e pela valorização da mudança. Nesta realidade, são poucos os atores que podem influenciar as decisões da realidade sociopolítica, caracterizada pela desfragmentação dos centros de decisão e, conseqüentemente, dos próprios cidadãos em intervir de maneira efetiva sobre seu ambiente. Os tipos de sociedades podem ser definidos pelo nível de seu desenvolvimento tecnocientífico, por sua percepção da tecnologia e sua relação com a mesma (GARCÍA PALÁCIOS et al., 2001, p. 109; 114).

Neste cenário globalizado de grande produção de conhecimentos, o diferencial das bibliotecas universitárias é prover acesso à informação de qualidade em seus sistemas de recuperação como os catálogos bibliográficos *online*, por meio do uso de uma linguagem documental que possibilite a representação de conteúdos documentais compatíveis com as solicitações de pesquisas dos usuários. Entretanto, quando não existe a compatibilidade da linguagem de busca do usuário com a linguagem do catálogo a credibilidade do sistema torna-se questionável, ocasionada por uma representatividade não condizente com as necessidades investigativas desses usuários (BOCCATO, 2009, p. 71).

O uso das novas tecnologias de representação e recuperação da informação retrata uma mudança na postura de atuação do bibliotecário compromissado com a construção de catálogos bibliográficos *online*, assumindo uma responsabilidade não apenas com a sua comunidade usuária local (interna ou externa), “mas também com uma comunidade usuária potencial remota, que se torna cada vez mais exigente com a qualidade da informação disponibilizada pelos sistemas de recuperação da informação” (BOCCATO, 2009, p. 20). A recuperação de documentos em catálogos bibliográficos *online* depende muito da qualidade da sua representação.

Na concepção de David (2014, p. 329), a forma como o conhecimento é adquirido, representado, gerido e explorado mudou com o mundo conectado e as novas funcionalidades

associadas, sugerindo que questões relacionadas com o conhecimento no mundo digital devem ser incluídas como objeto de pesquisa do campo da Organização do Conhecimento. Ohly (2014, p. 328) compartilha desta visão ao defender a necessidade de mais conexões do campo com abordagens computacionais, além da importância em se considerar os aspectos sociais nos processos de organização do conhecimento.

Nesse sentido, um dos desafios é acompanhar a dinâmica do tratamento documental, face às mudanças tecnológicas e culturais na contemporaneidade, com destaque para a *web 2.0*, em que emerge a abordagem da indexação social ou folksonomia como uma nova forma de organizar e compartilhar os conteúdos disponíveis na Internet. Em outra vertente, os estudos sobre política de indexação visam preencher uma lacuna entre a representação e a recuperação temáticas em sistemas de recuperação da informação como os catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias.

A aplicabilidade de uma política de indexação é de suma importância para uma melhor representação e recuperação temáticas no contexto de bibliotecas universitárias que utilizam a abordagem tradicional do processo de indexação – realizada por bibliotecários. No entanto, são incipientes estudos sobre políticas de indexação para ambientes colaborativos, apesar da participação de usuários na representação de assunto ser uma realidade vivenciada no atual contexto biblioteconômico.

A relevância deste viés investigativo é sustentada com alguns questionamentos: Qual seria o papel deste recurso em um ambiente em que o processo é realizado em colaboração com usuários? Se a política já é complexa em um ambiente tradicional da indexação, esta complexidade será aumentada? Como nortear a atividade de indexação nesta nova configuração social do processo de representação e recuperação temáticas em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias?

Frente à relevância desta abordagem investigativa, o encaminhamento de discussões teóricas mostra-se fundamental para o amadurecimento da temática, de modo a suprir lacunas conceituais e garantir diretrizes de política de indexação que sejam pautadas pelos elementos da indexação social. A partir de um estudo exploratório e bibliográfico, reflete-se acerca da necessidade de a política de indexação prever a participação dos usuários na representação de assunto, mediante a elaboração de diretrizes que sustentem e amparem essa prática contemporânea no âmbito de bibliotecas universitárias.

2 O PROCESSO DE INDEXAÇÃO TRADICIONAL EM CATÁLOGOS BIBLIOGRÁFICOS *ONLINE* DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas acadêmicas, mais comumente denominadas bibliotecas universitárias, objetivam suprir as necessidades informacionais em âmbito científico-tecnológico-cultural da sua comunidade, por vezes atuando também como bibliotecas especializadas. A biblioteca universitária é um sistema de informação inserido no contexto acadêmico, com objetivos direcionados ao desenvolvimento educacional, social, político e econômico da sociedade humana (FUJITA, 2005, p. 2,4) que recaem em torno de um mesmo produto: a informação. Neste cenário, alguns fatores têm influenciado de modo irreversível as bibliotecas, sendo estes:

Fatores econômicos: a redução dos fundos públicos, combinada com o ciclo contínuo de recessão econômica e inflação, implica na estabilização e inclusive na redução dos recursos bibliotecários disponíveis em contraste com o crescimento exponencial de publicações editadas anualmente, com a variedade de suportes de informação existentes hoje no mercado e com cada vez maior oferta das novas tecnologias da informação;

Fatores políticos: diante da pressão exercida pelos cidadãos que demandam bens e serviços tangíveis como resposta a sua contribuição aos fundos públicos, a crescente pressão da Administração sobre suas instituições exige resultados visíveis da gestão realizada nas bibliotecas de dependência pública;

Fatores sociais: a mudança registrada na sociedade com relação ao mundo da informação tem atraído consigo, por um lado, o incremento do valor que se dá o fato de estar informado, ao aumento das expectativas geradas pelas tecnologias de acesso à informação e a consideração da informação como força produtiva direta suscetível de ser considerada recurso econômico; por outro, a adaptação a mudança como principal desafio que as bibliotecas tem frente à crescente competitividade dos serviços comerciais de informação;

Fatores tecnológicos: a introdução de novas tecnologias da informação demanda nas bibliotecas um ajuste de objetivos e uma gestão racional de todos os recursos para assumir a mudança que implica sua incorporação e poder fazer frente a seus custos globais (GARCÍA-REYES, 2004, p. 413, tradução nossa).

A introdução das TICs neste contexto alterou significativamente as formas de produção, armazenamento, processamento e disseminação da informação, possibilitando a utilização de recursos eletrônicos que favorecem o aprimoramento e a agilização do processo de transferência de informação. Para além dos benefícios oriundos do compartilhamento de recursos informacionais em ambiente *web*, passa-se a perceber a importância de metodologias de avaliação dos produtos e serviços de forma contínua em bibliotecas universitárias.

Um dos atuais desafios vivenciados por estes contextos de informação é viabilizar o acesso à informação em seus catálogos bibliográficos *online*, considerando-se a variedade de origens e formatos de informação em suas coleções e o gerenciamento de assinaturas/licenças, com o intuito de prover o tipo de acesso integrado que os motores de busca da *web* podem oferecer, com maiores capacidades de pesquisa. Entretanto, há um consenso crescente de que os catálogos bibliográficos *online* não são mais adequados para o papel que devem desempenhar nas bibliotecas universitárias (RASMUSSEN, 2011, p. 687).

Na visão de Kuramoto (2006, p. 120), é de Salton e McGill (1983)⁴ a mais completa definição para um sistema de recuperação da informação: “um sistema que trata da representação, armazenamento, organização e acesso aos itens de informação”, processo denominado pelos autores como uma *construção da representação da informação* e de *organização da coleção de documentos*. Desse modo, os catálogos bibliográficos *online* são sistemas de recuperação da informação fundamentais em bibliotecas universitárias por possuírem âmbito informacional definido, informação especializada e fornecimento de produtos informacionais específicos, em que a qualidade da representação temática está diretamente relacionada à qualidade da análise de assunto, considerando sua complexidade inerente ao fazer profissional.

Em catálogos bibliográficos *online*, destaca-se duas abordagens que possibilitam a mediação entre os itens informacionais de uma coleção e as necessidades informacionais dos usuários no contexto de bibliotecas universitárias: o processo de catalogação e o catálogo. A catalogação (processo) refere-se à “técnica cuja finalidade é mediar, colocar em relação os documentos com as necessidades informativas das pessoas”.

Já o catálogo (produto) é definido como uma “lista pesquisável de itens, realizada por uma coleção particular” (RAJU; RAJU, 2006, p. 12); “listas de todos os documentos conservados em unidades de informação” ou “uma série ordenada de referências ou de inscrições que registram as peças de uma coleção” (GUINCHAT; MENOUE, 1994, p. 67; 197), que pode ser organizado “alfabeticamente, por assunto ou por notação de classificação” (RAJU; RAJU, 2006, p. 12) e que é apresentado em diferentes formatos: microforma, microfilme, cartão, livro, CD-ROM ou em registros *on-line* (OPAC – *Online Public Access Catalog*, incluindo *Web-OPAC*) (RAJU; RAJU, 2006, p. 12; TAYLOR; JOUDAREY, 2009, p. 47; RASMUSSEN, 2011, p. 687).

No contexto das bibliotecas universitárias, o catálogo dá visibilidade à coleção de itens informacionais; permite conhecer quais autores, títulos ou determinados assuntos compõem a

⁴ SALTON, G.; MCGILL, M. J. *Introduction to modern information retrieval*. New York: McGraw-Hill, 1983.

coleção; reúne todas as obras de um autor, todas as edições de uma mesma obra e todos os trabalhos sobre um mesmo assunto, mesmo que eles não possam ser reunidos fisicamente na coleção; e oferece algum tipo de dispositivo de localização para indicar onde na coleção o item pode ser localizado, caso não esteja em circulação. Em síntese, “um catálogo de biblioteca destina-se a registrar o acervo da biblioteca” (FOSKETT, 1973, p. 164).

Ao se percorrer o caminho histórico dos catálogos impressos aos catálogos bibliográficos *online*, os OPACs

[...] se tornam ferramenta de visibilidade científica de uma instituição de ensino, sendo possível a difusão de informações a outras organizações. Com essa ferramenta, pessoas de qualquer parte do mundo podem acessar o que o capital intelectual de determinada instituição tem produzido, possibilitando dessa forma o compartilhamento de informações e experiências (SOUZA; FUJITA, 2012, p. 69).

Nos catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias a representação temática envolve a análise de conteúdo, a escolha de cabeçalhos de assunto e notações de classificação para representar a análise de assunto e a criação de números de chamada visando à identificação física e única do item documental.

Na abordagem temática tem-se a catalogação de assunto ou indexação, definida como o processo de “identificar e descrever um documento de acordo com seu assunto” (NAVES, 2000, p. 25), em que os conceitos são extraídos por meio de uma análise documental e, posteriormente, traduzidos para uma linguagem documental. A eficiente recuperação nos catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias depende da qualidade deste processo, cujo resultado vai ao encontro com a satisfação das necessidades específicas de informação dos usuários. Além disso, a complexidade do processo de indexação reside na análise de assunto de um documento, realizada durante a leitura documental, fase inicial que desencadeia todas as outras operações na indexação.

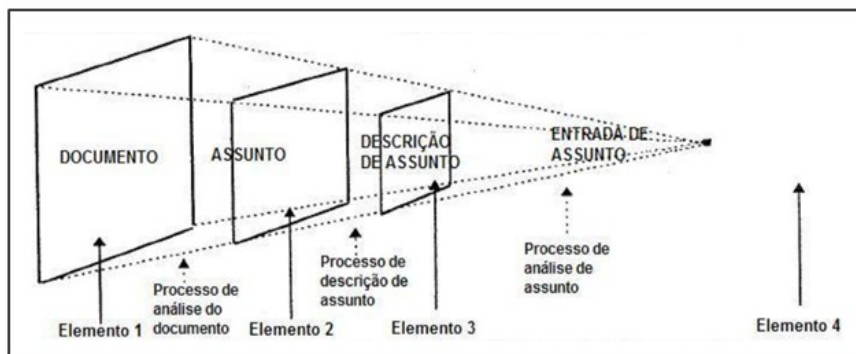
Conforme Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 39), enquanto a catalogação de assunto está essencialmente ligada à construção de catálogos de bibliotecas, a indexação está ligada à construção de índices de bibliografias em serviços de informação bibliográficos que produzem bases de dados. Ainda para as autoras, a atuação dos catálogos como verdadeiras bases de dados é uma tendência devido a dois principais fatores: “a dimensão que a internet deu aos catálogos das bibliotecas, uma vez que agora eles estão disponíveis sem fronteiras espaciais e temporais, permitindo ao usuário acessá-los de qualquer lugar a qualquer hora” e “a exigência cada vez maior do usuário em aspirar a que os catálogos atuem como verdadeiras

bases de dados, oferecendo especificidade, rapidez e *hiperlinks* a textos completos”. Com efeito, o termo indexação

deve ser assumido também para designar o tratamento temático realizado durante a catalogação em bibliotecas universitárias. Entretanto, a mudança de nome não será suficiente se não vier acompanhada de filosofia e objetivos bem definidos descritos na política de indexação da biblioteca, a exemplo do que ocorre com os serviços de indexação. [...] O processo de indexação durante a catalogação é de responsabilidade de cada bibliotecário indexador, voltado para a realização de uma representação temática condizente com os conteúdos dos documentos (expressão do autor) e das necessidades informacionais de sua demanda, isto é, do usuário do seu sistema de recuperação da informação, exemplificado pelos catálogos bibliográficos *online* (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009, p. 39).

Em relação às etapas do processo de indexação, não há consenso na literatura. De acordo com Mai (1997A), o processo de indexação pode ser desconstruído revelando três etapas: processo de análise do documento, descrição do assunto e processo de análise de assunto e quatro elementos: documento, assunto, descrição do assunto e entrada do assunto, assim representada geometricamente (Figura 1):

Figura 1: O processo de indexação de assunto.



Fonte: Mai, 1997A, adaptado de Miksa, 1983.

Conforme apresentado, na primeira etapa do processo de indexação é realizada a análise do documento ou, na terminologia do autor - objeto digital - visando à descrição temática, denominada de *processo de análise documental*. O primeiro elemento é o *documento físico* ou *objeto digital* que está sendo analisado. A segunda etapa é a formulação de uma frase de indexação ou descrição de assunto, denominada de *processo de descrição de assunto*, uma formulação mental ou escrita do assunto pelo indexador, tendo como segundo elemento o *assunto* do documento ou do objeto digital, que pode estar presente apenas na mente do indexador. Já na terceira etapa ocorre a tradução da descrição de assunto em uma

linguagem de indexação ou esquema de classificação, denominada de *processo de análise de assunto*. O terceiro elemento nesta etapa é a *descrição formal do assunto*, que pode ser escrita. Já o quarto elemento, denominado de *entrada de assunto*, é o produto da tradução da descrição formal do assunto em uma determinada linguagem de indexação do sistema de recuperação da informação (MAI, 1997A, p. 61; 1997B, p. 55).

Na prática da indexação, emergem três diferentes concepções teóricas: indexação orientada para o documento (ênfase no documento), indexação orientada para o usuário (ênfase nos usuários) e indexação orientada para o domínio (engloba o contexto, o documento e os usuários). A abordagem da indexação centrada no domínio representa o ideal em termos de indexação, pois considera outros elementos além do documento ou o usuário (GIL LEIVA, 2008, p. 62).

De fato, anteriormente ao processo de indexação de assunto houve a criação do documento por uma determinada comunidade discursiva, ou, mais especificamente, uma comunidade discursiva científica, sendo que sua própria criação é o resultado de diversos atos de interpretação por parte de seus autores. Desse modo, a interpretação de um documento envolve o contexto em que o documento é interpretado (SMIRAGLIA, 2009, p. 674). Uma vez concluída a representação documental para que o documento se torne acessível, o objetivo é que este seja recuperado e utilizado pelos usuários da informação, estejam ou não inseridos dentro da própria comunidade discursiva que o elaborou (MAI, 2000, p. 272; 2001, p. 604).

Entretanto, a maioria dos relacionamentos observados em tesauros e listas de cabeçalhos de assunto ou esquemas de classificação está limitada às relações paradigmáticas, ou seja, são relações intrínsecas; não dependem do contexto (OLSON, 2007, p. 536). Nesta abordagem interpretativa do processo de indexação, os principais problemas da representação de assunto estão relacionados ao significado e à linguagem. Isso implica que o indexador seja o fator mais interferente da indexação, pois os referentes de cada elemento no processo são entendimentos subjetivos e, portanto, que os resultados do processo são bastante incertos, dependendo em grande parte *de quem* realiza a análise (MAI, 2000, p. 270; MAI, 1997A, p. 61, grifo nosso).

Além disso, outras problemáticas subjacentes se apresentam como fatores interferentes no processo de indexação, como o próprio sistema de recuperação da informação adotado; o perfil dos usuários; o conhecimento prévio do indexador, sua experiência profissional e sua formação em análise de assunto (GIL LEIVA, 2008); as diretrizes profissionais (MAI, 1997A); a *política de indexação da biblioteca* (FUJITA; RUBI, 2006) e, em um contexto

mais amplo, a política de ciência e tecnologia da universidade (TARTAROTTI, 2014), dentre outros.

3 ALGUNS DESAFIOS DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM AMBIENTE COLABORATIVO

Por política de indexação, entende-se a forma de realizar a indexação de uma determinada instituição para concretizar, sistematizar e reunir em manuais os processos da indexação, ou seja, um guia para tomada de decisões (GIL LEIVA, 2008; CARNEIRO, 1985). Esta reunião dos procedimentos em manuais está diretamente relacionada com o número de profissionais que se dedicam à atividade de indexação e ao nível de qualidade que o sistema de informação pretende alcançar.

A política de indexação consiste em uma decisão gerencial, que divide as atividades informativas em gerenciais, de processamento e de interface com o usuário, passando a ver a gestão da unidade ou serviço de informação como um todo, no qual se inserem atividades de organização, disponibilização e uso da informação, de forma integrada e interdependente (CESARINO; PINTO, 1978). Naturalmente, a política de indexação está inserida em dois contextos complementares: o contexto sociocognitivo do profissional – a política de indexação, as regras e os procedimentos do manual de indexação, a linguagem documental para representação e mediação da linguagem natural do usuário e seus interesses de busca e; o contexto físico de trabalho (FUJITA, 2003).

A política de indexação na literatura nacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação passou a ser trabalhada a partir do clássico artigo sobre a temática intitulado “*Diretrizes para uma política de indexação*”, apresentado por Marília Vidigal Carneiro na década de 1980. Ainda que de forma tímida, tem-se uma propagação de pesquisas destinadas à instrumentalização do processo de indexação, mediante um conjunto de diretrizes que favoreça o aprimoramento e a consistência na recuperação da informação. Por ser uma sistematização que integra a gestão da informação registrada, a política de indexação atua como recurso base para o estabelecimento de condutas teóricas e práticas dos profissionais envolvidos no tratamento da informação documentária e, sobretudo, na definição de um “padrão de cultura organizacional” harmônico com a demanda da comunidade usuária local e remota (FUJITA, 2012).

A evolução da Internet possibilitou a criação de espaços interativos no contexto colaborativo da *web 2.0*, como resultado da indexação livre e pessoal das denominadas *tags*

(descritores) ou etiquetas a objetos digitais, realizada pelos próprios usuários deste ambiente. Catarino e Baptista (2007, p. 4) destacam, neste contexto, três pontos principais acerca da folksonomia: “é resultado de uma indexação livre do próprio usuário do recurso; objetiva a recuperação a posteriori da informação e é desenvolvida num ambiente aberto que possibilita o compartilhamento”.

Na literatura são diversos os conceitos em torno da folksonomia: indexação social (*social indexing*), etiquetagem colaborativa (*collaborative tagging*), classificação social (*social classification*), classificação cooperativa (*cooperative classification*), etiquetagem social, (*social tagging*), etnoclassificação (*ethnoclassification*), dentre outros. Originalmente, a folksonomia surge em uma abordagem pragmática, isenta de um fundamento teórico e cria uma nova ordem na paisagem da organização do conhecimento (MAI, 2011, p. 116; 120).

A organização da informação, tal como praticada em catálogos e outras ferramentas de controle bibliográfico é baseada principalmente na lógica tradicional ou aristotélica. O resultado é uma estrutura linear, hierárquica constituída por categorias mutuamente exclusiva. Radicalmente diferente desses padrões, as folksonomias se desenvolvem a partir de marcação social - a nomeação de informações por parte do usuário para o usuário. Estas *tags* são geralmente compartilhadas com outros usuários, sendo que em geral não há vocabulário controlado e não há hierarquia (OLSON, 2007, p. 530; 2009, p. 135).

Por ser um movimento recente, não há consenso em torno da definição do termo (CATARINO; BAPTISTA, 2007, p. 13). Enquanto alguns autores entendem a folksonomia como o resultado de um processo, como um produto (na mesma concepção do criador do termo), outros se referem à folksonomia como sendo um sistema, uma metodologia, abordagem ou o próprio processo em si. Apesar disso,

Folksonomia tem como base a navegação social onde são exploradas as próprias preferências do usuário para definir a relevância dos conteúdos. Se por um lado, buscadores como Google utilizam algoritmos complexos para creditar relevância a um determinado site, a navegação social utiliza um critério humano simples e interessante: os próprios usuários escolhem ou votam em um conteúdo, segundo suas opiniões pessoais (NASCIMENTO; NEVES, 2009).

De acordo com Mai (2011, p. 118; 115), na atualidade as mídias sociais têm facilitado a criação de ordem no universo de conhecimento que é orgânica e criada pelas pessoas que estão envolvidas com os objetos de informação. Profissionais criaram historicamente ordem no universo do conhecimento com base na análise e compreensão dos objetos no universo do conhecimento e da sua utilização. Por outro lado, a folksonomia surge sem o envolvimento de

interpretação dos profissionais, e a ordem dos objetos é realizada de forma colaborativa. Estas abordagens são apresentadas de forma sintética pelo autor:

Quadro 1: Comparação de duas abordagens de organização do conhecimento.

	Autoridade profissional, baseada na experiência	Colaboração democrática, qualquer um
Valores	Transparência, consistência, interoperabilidade, estabilidade, profissionalismo	Inclusão, abertura, diálogo, colaboração, interpretação
Fatores de sucesso	Compreender as necessidades informacionais dos usuários, capacidade de refletir a estrutura do domínio, capacidade de modificar o sistema de acordo com as mudanças no domínio	Envolvimento dos usuários na tomada de significado, capacidade de facilitar a colaboração entre os usuários, capacidade para considerar diversas interpretações
Desafios	Analisar o domínio e compreendê-lo e as necessidades informacionais de seus usuários	Conseguir o envolvimento das pessoas em compartilhar interpretações, colaborando em um objetivo comum
Atribuição	Objetos de informação são centralmente atribuídos por profissionais	Objetos de informação são localmente atribuídos por usuários
Autoridade	Estabelecida por meio de fontes externas	Estabelecida por meio de <i>garantia autopoietica</i>

Fonte: MAI, 2011, p. 121.

Especificamente no contexto de bibliotecas universitárias, a aplicação dos princípios da folksonomia pode trazer benefícios para os sistemas de recuperação como os catálogos bibliográficos *online*, melhorando a representação temática ao permitir que os próprios usuários organizem as informações de acordo com suas percepções. Entretanto, torna-se necessário refletir sobre a política de indexação neste ambiente colaborativo, a fim de nortear e permitir a convergência dos processos de indexação tradicional e o processo de indexação social realizado pelos usuários, permitindo que a informação realmente possa ser representada e recuperada de forma adequada.

Essa recente realidade influi em toda a parte da gestão da informação registrada, o que exige a busca por condições que satisfaçam as expectativas de usuários dispersos em uma sociedade efervescente. Por atuarem em contextos de grande complexidade, questões como diversificação cultural e demais fatores subjacentes precisam ser considerados no âmbito de uma política de indexação que satisfaça as exigências de diferentes realidades que se integram: profissionais, usuários e contexto de informação.

Esta congruência, tão almejada pela gestão de sistemas de informação em domínios especializados, como é o caso das bibliotecas universitárias, nem sempre é alcançada por falta de mecanismos que estabeleçam condições adequadas e passíveis de implementação. Na

literatura e na prática, poucos são os esforços direcionados à elaboração de política de indexação, especialmente em bibliotecas universitárias, muito em razão do número insuficiente de profissionais para atuarem na elaboração e atualização deste recurso, quando há o desenvolvimento da indexação na instituição (NUNES, 2004).

Enquanto contexto que oferece diversidade de tipologias e especificidade temática em seus recursos informacionais, a biblioteca universitária precisa dispor de um instrumento que defina processos e condutas compatíveis com o comportamento informacional dos usuários no acesso e uso dos sistemas de recuperação da informação, como o catálogo bibliográfico *online* (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009). Portanto, a política de indexação deve levar em consideração a instituição por completo, além das necessidades de sua comunidade usuária, pois cada biblioteca universitária de caráter público ou privado possui características próprias e sofre influências da cultura da organização que a engloba – no caso, a universidade, sendo expressa pela maneira como se trata os usuários, pelo ambiente físico, pelo grau de lealdade expresso aos funcionários, entre outros (BOCCATO; FUJITA, 2005).

A política de indexação não se limita a uma simples lista de procedimentos adotados pelo sistema de recuperação da informação. Mais do que isso, a elaboração de uma política de indexação deve ser uma ação desenvolvida no âmbito da administração da biblioteca, representada por uma filosofia que reflita os seus objetivos e que sirva de guia para os bibliotecários (RUBI, 2012, p. 92). Isto porque este recurso influencia em questões como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais. Além disso, assume papel decisivo ao levar o usuário à delimitação dos objetivos, interesses e níveis de extensão que pretende com a busca da informação e, também, de complementar o trabalho de organização do documento no sistema de recuperação da informação de qualquer biblioteca.

O estabelecimento de uma política de indexação em ambiente colaborativo contribuirá, também, para que usuário e documento tornem-se elementos passíveis de interação, uma vez que o usuário estará sempre recriando o documento e, por consequência, alimentando novamente o sistema (GUIMARÃES, 2000). Cesarino (1985) reforça a importância da identificação das características dos usuários, “quanto à área de interesse bem como o nível, experiência e atividades que exercem; o volume e a característica tanto da literatura integrada ao sistema quanto das questões propostas pelo usuário e a qualidade dos recursos humanos envolvidos”. Logo, a elaboração e utilização de uma política de indexação voltada ao ambiente colaborativo em bibliotecas universitárias pressupõem dois aspectos fundamentais: a interdependência de seus elementos e a avaliação constante, visto que é um

processo retroalimentável por natureza (mudam os documentos, as áreas de interesse da organização, os perfis dos usuários, as linguagens de indexação, etc.).

Por isso, a continuidade e/ou aperfeiçoamento de uma política de indexação em bibliotecas universitárias dependem, sobretudo, de seu registro em documentos, “de modo que se possa ter clareza do conjunto de decisões tomadas, suas razões e seu contexto” (GUIMARÃES, 2000, p. 55), com destaque para a importância do conhecimento da cultura organizacional para o aprimoramento de seus produtos e serviços. Com efeito, tem-se garantido o registro das referências básicas e complementares acerca do processo de indexação e reconhecimento das singularidades do contexto, pois entende-se que uma sociedade internamente articulada e equitativa é que gera condições favoráveis ao crescimento mediante o progresso técnico e aumento da produtividade (VESSURI, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas universitárias, inseridas em um contexto mais amplo, são influenciadas por fatores econômicos, políticos, sociais e tecnológicos. Entretanto, seu papel de mediação entre os itens documentais e os usuários permanece na contemporaneidade, norteado pelas atividades de tratamento documental que são influenciadas pela política de indexação e, em uma perspectiva mais ampla, pelas demais políticas da instituição universitária em que estão inseridas. Para o estabelecimento de uma política direcionada ao tratamento documental, como um guia para tomada de decisões, diversos são os fatores a serem considerados, visto que cada biblioteca universitária possui suas próprias especificidades e características.

As reflexões aqui expressas visam chamar a atenção para a necessidade de a política de indexação ser pensada face à complexidade variada e crescente que permeia o tratamento e a recuperação da informação em biblioteca universitária. As novas situações experienciadas por estes contextos multifacetados sinalizam para a aplicação de princípios que solucionem os problemas e desafios advindos com as mudanças de representação e acesso à informação. Para tanto, é essencial a construção contínua de diretrizes que satisfaçam todos os aspectos e sujeitos envolvidos neste processo, como princípio norteador, de modo a compor uma política de indexação que seja compatível com a realidade atual das bibliotecas universitárias na era da representação colaborativa e busca em sistemas remotos de recuperação da informação por assunto.

Como forma de avançar na temática, entende-se que a observação dos atributos necessários ao delineamento de diretrizes de políticas de indexação a partir do compartilhamento de experiências profissionais frente às atuais exigências de sistemas de recuperação da informação seja um viés contributivo para a questão. Além disso, o encaminhamento de estudos que observem a aplicabilidade da folksonomia para a representação e recuperação temáticas em catálogos bibliográficos *online* é um dos caminhos a serem percorridos.

Por certo, as questões aqui discutidas incitam muitas outras indagações e, sobretudo, demonstra que a elaboração, avaliação e reflexão crítica da política de indexação em ambiente colaborativo é uma temática imprescindível no escopo da literatura de Organização da Informação.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos bibliográficos de bibliotecas universitárias**: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal. 2009. 303 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Avaliação de linguagem documentária na perspectiva da Cultura Organizacional do Sistema de Informação BIREME com enfoque no desenvolvimento da ciência brasileira. In: **9th International Congress Medical Librarianship - ICML9**; 7th Latin American and Caribbean Congress on Health Sciences Information - CRICS VII, 2005, Salvador, 2005.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 8, n. 3, jun/07.

CESARINO, M. A. N. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 14, n. 12, p. 157-168, set. 1985.

CESARINO, M. A. N.; PINTO, M. C. M. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, set. 1978.

DAVID, A. In: ISKO and Knowledge Organization's 25th anniversary: the future of Knowledge Organization and ISKO Panel Discussion. Reported by Rebecca Green. *Knowledge Organization*, p. 327-331, v. 41, n. 4, 2014.

FUJITA, M. S. L. A biblioteca digital no contexto da gestão de bibliotecas universitárias: análise de aspectos conceituais e evolutivos para a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. O ensino de procedimentos de Política de Indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2006.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42.

FUJITA, M. S. L. Perspectivas da política de indexação para a formação e atuação profissional de bibliotecários. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). **Política de indexação**. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012, v. 1, p. 231-238.

GARCÍA PALACIOS, E. M. (et al.). **Ciencia, Tecnología y Sociedad: una aproximación conceptual**. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2001. (Cuadernos de Iberoamérica).

GARCÍA-REYES, C. J. La gestión de los recursos económicos. In: MAGÁN WALS, J. A. (Coord.). **Tratado básico de Biblioteconomía**. 5. ed. Madrid: Editorial Complutense, 2004.

GIL LEIVA, I. **Manual de indización: teoría y práctica**. Gijón: Trea, 2008.

GUINCHAT, C; MENOU, M. Linguagens documentárias. In: _____. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994. p. 133-165.

KURAMOTO, H. Sintagmas nominais: uma nova abordagem no processo de indexação. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (Orgs.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. p. 117-137.

HERRERA, A. O. **Ciencia e política en América Latina**. 4. ed. UCV Ediciones de La Biblioteca: Caracas, 1975.

MAI, J-E. The concept of subject: on problems in indexing. **Knowledge Organization for Information Retrieval**. Proceedings of the 6th International Study Conference on Classification Research, v. 6, p. 60-67, 1997A.

MAI, J-E. The concept of subject in a semiotic light. Digital Collections: Implications for Users, Funders, Developers and Maintainers. **Proceedings of the ASIS Annual Meeting**, v. 34, p. 54-64, 1997B.

MAI, J-E. **Deconstructing the indexing process**. Advances in Librarianship, v. 23, p. 269-298, 2000.

MAI, J-E. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. **Journal of Documentation**, v. 57, n. 5, p. 591-622, 2001.

MAI, J.-E. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. **Knowledge Organization**, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.

NASCIMENTO, G.; NEVES, D. **Folksonomia como estratégia de indexação dos bibliotecários no del.icio.us**. X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2009.

NAVES, M. M. L. **Fatores interferentes no processo de análise de assunto: estudo de caso de indexadores**. 2000. 273 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande do Sul, v. 16, p. 55-61, 2004.

OHLY, H. P. In: ISKO and Knowledge Organization's 25th anniversary: the future of Knowledge Organization and ISKO Panel Discussion. Reported by Rebecca Green. *Knowledge Organization*, p. 327-331, v. 41, n. 4, 2014.

OLSON, H. How we construct subjects: a feminist analysis. **Library Trends**, v. 56, n. 2, p. 509-541, 2007.

OLSON, H. Folksonomies, syntagmatic relationships, & feminist research: alternative knowledge structures. In: **Memoria del XXCI Coloquio de Investigación Bibliotecológica y Sobre la Información**, 1, 2 y 3 de Octubre de 2008. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2009, p. 131-143.

RAJU, J.; RAJU, R. **Descriptive and subject cataloguing**: a workbook. Oxford: Chandos Publishing, 2006.

RASMUSSEN, E. Library systems. In: BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. **Modern information retrieval**: the concepts and technology behind search. 2. ed. Harlow: Addison Wesley, 2011.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 81-93.

SMIRAGLIA, R. P. Domain coherence within Knowledge Organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. In: Annual CAIS/ACSI Conference, 39., June 2-4, 2011, Canada. **Proceedings...** Canada: University of New Brunswick, 2011. p. 1-6.

SOUZA, B. P.; FUJITA, M. S. L. Do catálogo impresso ao on-line: algumas considerações e desafios para o bibliotecário. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-75, jan./jun., 2012.

TARTAROTTI, R. C. D. **Atuação bibliotecária no tratamento temático da informação em unidades informacionais**: um estudo comparativo qualitativo-quantitativo. 2014. 277 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2014.

TAYLOR, A. G.; JOUDAREY, D. N. **The organization of information**. 3.ed. Wesport: Libraries Unlimited, 2009. (Library and Information Science Text Series).

VESSURI, H. **O inventamos o erramos**. La ciência como idea-fuerza em América Latina. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.